

Sexta-Feira, 30 de Outubro de 2026

Câmara Temática da ALMT inaugura espaço de diálogo para políticas públicas indígenas em Mato Grosso

Nova instância legislativa busca integrar demandas dos 46 povos indígenas de MT e formular propostas de políticas públicas

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) deu início aos trabalhos da Câmara Setorial Temática (CSTT) Indígena, uma estrutura voltada à construção de políticas públicas que respeitem as particularidades dos 46 povos originários do estado. A iniciativa, requerida pelo presidente da Casa, deputado Max Russi (Podemos), realizou sua primeira reunião ordinária na quinta-feira (29), reunindo gestores, representantes de instituições e lideranças indígenas.

A nova câmara amplia o escopo do trabalho anteriormente centralizado na Câmara de Saúde Indígena, incorporando diferentes áreas e demandas apresentadas pelas comunidades. Seu funcionamento fundamenta-se em três pilares principais: promoção do diálogo institucional, acompanhamento de políticas públicas e encaminhamento de propostas relacionadas aos direitos dos povos originários.

Presidindo a câmara, Paloma Velozo ressaltou a importância de integrar múltiplos eixos temáticos para desenvolver uma metodologia de trabalho que produza resultados precisos nos territórios indígenas. Segundo ela, as comunidades enfrentam uma significativa carência de informação e articulação institucional, aspecto que a nova instância pretende minimizar.



Entre as prioridades identificadas pela câmara encontram-se os desafios relacionados à saúde mental de adolescentes e jovens indígenas, particularmente os casos de suicídio. Velozo sinalizou a intenção de estabelecer diálogo com a área educacional para implementar mecanismos de apoio aos estudantes durante fases críticas de sua trajetória escolar. Também está prevista a continuidade do projeto MT Mais Indígena e a incorporação de iniciativas que fortaleçam as políticas públicas direcionadas aos povos originários.

Violência contra mulheres indígenas e direitos fundamentais

A procuradora de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), Elisamara Portela, evidenciou problemas históricos que afetam as mulheres das comunidades indígenas. Ela apontou para a necessidade de reconhecer a